

BARTHES E A ESCRITURA: A LEITURA E PROPOSIÇÃO EXISTENCIAL

Ilse Maria da Rosa Vivian¹

Nada provavelmente é mais cultural, e portanto mais social, do que o prazer. O prazer do texto (e eu o oponho aqui ao gozo) está ligado a todo um adestramento cultural, ou, se preferir, a uma situação de cumplicidade, de inclusão.(...) O prazer está aliado a uma consistência do eu, do sujeito.
Roland Barthes, *O grão da voz*

Resumo: Roland Barthes, ao longo de sua obra, desenvolve uma concepção de leitura, cuja atividade pressupõe os sentidos que se estabelecem pelo embate entre diferentes *locus* culturais, ocupados pelo leitor e pelo texto. Fica explícito nessa relação o fato de que a linguagem – não sendo mero instrumento operatório de um *logos*, pelo contrário, é justamente fulcro da atividade de ler – nunca é neutra. De encontro a teorias e práticas que tratam a leitura na esteira do pensamento positivista, cristão e racionalista, o filósofo, escritor, sociólogo, crítico literário e semiólogo leva a compreender que a leitura é processo que extrapola o sentido de contaminação e constitui-se, perpassando o prazer e o gozo, como um modo de proposição existencial. A leitura é entendida como ato de inscrição, evento a que chama de escritura. Para pensar esse conceito, referencia-se, em relação ao pensamento de Barthes, as ideias de Ricoeur, Gadamer, Calvino e Derrida

Palavras-chave: Leitura. Escritura. Barthes.

Paul Ricoeur, sobretudo com *Tempo e narrativa* (2010), a partir do conceito da tríplice *mimesis*, desenvolve sua tese de que é a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, concebendo que a concretização da narrativa somente pode acontecer pelo ato da leitura. Convém lembrar que as culturas se constituem pelas narrativas, assim como a história oficial, e que a partir da produção e/ou leitura de narrativas formulam-se identidades. A constituição das culturas, da História e das

¹ Doutora em Letras – Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora do Mestrado em Letras – Literatura Comparada da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. E-mail: ilsevivan@hotmail.com

identidades dependem, portanto, das concepções que têm por base as práticas de leitura.

As noções de texto e de leitura que abordo têm como fundamento a teoria de Roland Barthes. Seu conceito de escritura, alinhado ao conceito de *mimesis* proposto por Paul Ricoeur (2010), engloba a relação ética e estética pressuposta no ato de ler, a qual é norteadada pela construção e negociação de sentidos que envolvem as diferentes condições sociais e culturais previstas na atividade da leitura. Em consonância com o pensamento de Hans-Georg Gadamer, essas ideias vão de encontro às tradições históricas que insistem na valorização da linguagem como mero instrumento em prol da construção do pensamento como lógica absoluta.²

Hans-Georg Gadamer, de uma perspectiva hermenêutica, afirma que só há leitura quando leitor e texto entram em diálogo, numa relação que sempre implica em temporalidades e historicidades distintas. Conforme o filósofo alemão, a compreensão de um texto pressupõe

[...] a posição do intérprete no tempo, no lugar e nas concepções do mundo [...]. A compreensão do texto que, na sua interpretação passa pela mediação da língua, não é uma criação autônoma que seria independente do original. Aqui não é verdade que, como na interpretação artística, o original apenas "se realize" na substância concreta da palavra, do gesto ou do tom. Distinta da "recitação", que não visaria senão restituir o original, a leitura não assenta por isso em si mesma: ela não é uma realização autônoma de um modelo pensado, permanece, ao contrário, subordinada ao texto que reaviva no seu processo. A leitura é "ultrapassada" na leitura do texto (GADAMER, 1998, p.09).

Gadamer entende que a leitura se realiza quando leitor e texto são impregnados um pelo outro. A leitura, nesse sentido, não se constitui como processo intermediário entre o texto e a concretização dele pela ação do leitor, o que consistiria na linguagem como mediação instrumental entre o

² Essas questões são abordadas na minha Tese de doutorado, intitulada *Poética da memória: uma leitura fenomenológica do eu em Terra Sonâmbula e Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra, de Mia Couto*. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6808/1/000461224-Texto%2BCompleto-0.pdf>>.

texto que leio e o que em mim se inscreve. É pelo pensamento de Barthes (2004c, p.10) que se pode compreender a leitura como processo que extrapola o sentido de contaminação. A leitura é para ele, fundamentalmente, ato de inscrição, evento a que chama de escritura – a escrita que surge da inscrição do texto no leitor e do leitor no texto - prática que possibilita o autoconhecimento e a autocrítica da linguagem, respeitando as infinitudes do texto que se lê e do que se está a escrever, momento também constitutivo de fazer literário, pois

assim se desvenda o ser total da escritura: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo [...]; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, [...]o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino [...] a obra é um fragmento de substância, ocupa alguma porção do espaço dos livros. Já o texto é um campo metodológico. [...] o texto mantém-se na linguagem: ele só existe tomado num discurso. (BARTHES, 2004c, p.64-67)

A escritura nasce, assim, no interior do espaço que se estabelece pelo embate entre *locus* culturais ocupados pelo leitor e pelo texto. Fica consagrado nessa relação o fato de que a linguagem – não sendo mero instrumento operatório de um *logos*, pelo contrário, é justamente fulcro da atividade de ler – nunca é neutra. Em decorrência disso, Barthes chama a atenção para um dos nossos papéis como pesquisadores da área: “é o papel da literatura *representar* ativamente à instituição científica aquilo que ela recusa, a saber, a soberania da linguagem” (BARTHES, 2004c, p.11, grifo do autor). A escritura constitui-se, nesse sentido, pela relação ética que se mantém com os diversos textos, como opção política, uma vez que

a noção de escritura implica a ideia de que a linguagem é um vasto sistema em que não se privilegia nenhum código ou, se preferir, nenhum é considerado central e seus departamentos mantêm relação de “hierarquia flutuante”. O discurso científico acredita ser um código superior; a escritura quer ser um código total que comporte suas próprias forças de destruição. Consequentemente, só

25

a escritura pode quebrar a imagem teológica imposta pela ciência, recusar o terror paterno espalhado pela "verdade" abusiva dos conteúdos e dos raciocínios, abrir para a pesquisa o espaço completo da linguagem, com suas subversões lógicas, o amalgamar-se de seus códigos, com os seus deslizamentos, os seus diálogos, as suas paródias (BARTHES, 2004c, p.10).

"A escritura quer ser um código total que comporte suas próprias forças de destruição". Do texto de Barthes deriva, ainda, outra noção, cujas ideias o aproximam do pensamento de Derrida: a escritura é desabrigada da concepção de totalidade, ou seja, vai de encontro ao movimento histórico que sempre teve como intenção "confirmar a escritura numa função segunda e instrumental: tradutora de uma fala plena e *presente* (presente a si, a seu significado, ao outro [...]), intérprete de uma fala originária que nela mesma se subtrairia à interpretação" (DERRIDA, 2011, p.09).

As tentativas de manter a leitura e a escrita a serviço da lógica, sempre submissa a determinadas utilidades sociais e históricas, relacionam-se com os movimentos políticos e culturais centralizadores. Durante longo tempo, a história do Ocidente, de forma ampla, procura neutralizar o Diferente, ou seja, o que for elemento desagregador na sociedade que se fundamenta no idealismo deve ser reduzido ao Mesmo. No campo literário, os reflexos dos movimentos de totalização aparecem sob determinados discursos que tendem a tratar o texto como entidade de voz absoluta, manifestos por construções de linguagem que visam à expressão de uma única verdade e, por conseguinte, à neutralização do leitor.

A distinção, feita por Barthes, entre o que ele chama de texto e de obra explicitam duas formas de conceber a linguagem. Segundo ele, o apagamento do texto pela exaltação da obra, cujo significado encerra-se em seu processo de filiação, impede ou, no mínimo, dificulta que se ouça a voz da linguagem, que se manifeste o discurso a partir dos seus movimentos, em que "se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura" (BARTHES, 2004c, p.62).

A linguagem não solicita apenas o que ela mesma produz e, de outro modo, não produz apenas o que lhe é solicitado. Ela é transgressão de si mesma, quando, no ato da leitura, é dissimulação, desconstrução, pluralidade, descontinuidade, ou seja, quando lhe escapam por entre sentidos rastros que fogem às estruturas internas ou a qualquer significado que lhe possa ser imposto por alguma lógica absoluta. É inegável que essas características deixam transparecer a condição da linguagem sobretudo a partir do mundo moderno:

Como a arte moderna em sua totalidade, a escrita literária porta ao mesmo tempo a alienação da História e o sonho da História: como Necessidade, ela atesta o dilacerar-se das linguagens, inseparável do dilacerar-se das classes: como Liberdade, ela é a consciência desse dilacerar-se e o esforço mesmo que quer ultrapassá-lo (BARTHES, 2004b, p.76).

De uma perspectiva hermenêutica, a visão aqui apresentada procede da relação estabelecida com o texto, cuja dinâmica, portanto, instaura-se quando são colocadas em contato historicidades distintas, entre sujeitos de *locus* culturais diversos. A partir disso, não pelo aprofundamento ou investigação dos significados do texto, mas pelos sentidos simbólicos que são despertados, descentralizados e infinitos, realiza-se a escritura. Para Barthes, o diálogo que acontece na leitura é tecido justamente pelo hibridismo cultural, condicionante inerente ao ato de ler:

assim se desvenda o ser total da escritura: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura (BARTHES, 2004c, p.64).

É certo que, segundo essa forma de relação entre texto e leitor, nascem tensões, uma vez que tanto o texto como o leitor, entidades históricas, carregam em si uma tradição. Os conflitos surgem quando, numa

primeira leitura, confronto-me com um universo de significados estranhos à minha condição. No entanto, precisamente a partir dessa luta originam-se os sentidos mais essenciais do texto, pois é através dos afrontamentos a uma tradição histórica que se é levado ao desafio da crítica.

As relações entre tradições sempre suscitarão problemas; entretanto, como objeto singular que se abre a várias leituras, o texto consiste no espaço onde, estabelecendo uma relação dialógica a partir das diferenças, projeta novos significados e pode atualizar sentidos. O discurso pressupõe diretamente a instância receptiva como fator decisivo do ato discursivo proposto pela linguagem. A respeito da distância existente entre texto e leitor, Ricoeur considera que é precisamente o movimento que se instaura numa tentativa de aproximação de sentidos entre sujeitos que possibilita a alteridade:

a distância não é, pois simplesmente um facto, um dado, o efectivo hiato espacial e temporal entre nós e o aparecimento de tal e tal obra de arte ou de discurso. É um traço dialéctico, o princípio de uma luta entre a alteridade, que transforma toda a distância espacial e temporal em alienação cultural, extensão da autocompreensão. [...] é a contrapartida dinâmica da nossa necessidade, do nosso interesse e esforço em superar a alienação cultural. Escrever e ler tomam lugar nessa luta cultural. A leitura é o *pharmakon*, o <remédio> pelo qual a significação do texto é <resgatada> do estranhamento da distanciação e posta numa nova proximidade, proximidade que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade (RICOEUR, 2011, p.64; grifos do autor).

Afirmo, com isso, que no contexto atual, os mecanismos de incentivo à leitura calcados apenas em estratégias que apelem à racionalidade não dão conta da complexidade dos textos produzidos. Assim como afirma Barthes (2004c, p.63; grifos do autor), na escritura “tudo está para ser *deslindado*, mas nada para ser *decifrado*; a estrutura pode ser seguida, “desfiada” [...] em todas as suas retomadas e em todos os seus estágios, mas não há fundo”.

A atividade da escritura, forma viva de inscrição do leitor no texto e do texto no leitor, em que toda enunciação pressupõe a interação entre distintas historicidades, é o meio pelo qual se mantém a relação com o texto aberta à produção de sentidos ou, como prefere Barthes (2004c, p.10), sob condições de uma “hierarquia flutuante”. Isso significa afastar-se de verdades instituídas ou formalizações vazias de um sistema totalizante em prol das exigências heterogêneas do texto e do leitor, privilegiando o código das linguagens excêntricas, pois “o texto é plural” e “isso não significa apenas que tem vários sentidos, mas que realiza o próprio plural do sentido: um plural *irredutível* (e não apenas aceitável)” (BARTHES, 2004c, p.70; grifo do autor).

Sob essa perspectiva, a heterogeneidade que o constitui, portanto, só pode ser apreendida na sua diferença, com a consciência de que o texto se faz entretexo, pluralidade de textos, o que evidencia, claramente, a inexistência de qualquer determinação sobre sua origem ou seu fim, pois

a historicidade da leitura é a contrapartida desta omnitemporalidade específica [o sentido de um texto está aberto a quem quer que possa ler. A omnitemporalidade da significação é o que a abre a leitores incógnitos]; porque o texto se subtraiu ao seu autor e à sua situação, subtraiu-se igualmente ao seu destinatário original. Por conseguinte, pode para si providenciar novos leitores (RICOEUR, 2011, p.130).

Essas considerações pressupõem, assim, a leitura como processo de proposições existenciais, na medida em que a escritura se constitui, através de estranhamentos, concordâncias, desconfiança, apropriações, pactos, suspensões, prolongamentos e rupturas, como lugar de deslizamentos entre múltiplos e distintos universos.

A expectativa que o leitor mantém em relação ao texto é antes a de conhecer, e tal intenção tem sempre como ponto de partida o desejo de percepção de um horizonte diferente do conhecido. Dessa forma, o que a leitura implica “não é a intenção de outro sujeito, presumivelmente

escondido por trás do texto, mas o projecto de um mundo, a proposição de um modo de ser no mundo, que o texto desvela diante de si mesmo” (RICOEUR, 2011, p.131). É nesse sentido que a leitura se constitui, então, como proposição existencial.

A dinâmica da escritura impulsiona o leitor à construção de sentidos que dão transparência a sua existência, o que o conduz constantemente a novas interrogações sobre si mesmo e, com isso, abrem-lhe novas possibilidades de modos de ser. De acordo com Heidegger, um dos modos de ser consiste em

perguntar pelo sentido da própria existencialidade, isto é, perguntar previamente pelo sentido do ser em geral e, perguntando, ter olhos para ver a essencial historicidade dele mesmo, então ele verá inevitavelmente que o perguntar pelo ser, cuja necessidade ôntico-ontológica foi mostrada, é caracterizado ele mesmo pela historicidade (HEIDEGGER, 2012, p.83).

A escritura faz com que o sujeito regresse ao passado, e, ao voltar-se para o acontecido, observa “cada modo de ser que lhe é próprio e portanto também no entendimento-de-ser que lhe é próprio, ingressando numa interpretação que lhe sobrevém e na qual ele cresce.” (HEIDEGGER, 2012, p. 81).

Além disso, o conceito de escritura tem seu fundamento pleno quando se observa a natureza da produção literária atual. As narrativas contemporâneas se caracterizam, sobretudo, pelas estratégias de subversão, de inversão e reconstrução de sentidos produzidos pela tradição cultural. E aqui me refiro, especificamente, ao romance, gênero que, à medida que é solicitado, à medida que o homem se transforma, desenvolve diversificadas formas expressivas de conceber dada realidade. Alcançou os dias atuais e, embora com características bem diferentes do romance do século XIX, concentra sua força na capacidade mimética.

Para que se instaure a escritura, portanto, é necessário considerar que a divergência, a assimilação, a rejeição ou até o esquecimento são fatos

consequentes do efetivo processo de ler, o qual não prescinde do conhecimento. Eliminar ou esfacelar as diferenças que se projetam pela relação texto e leitor significa ignorar a condição do outro e tornar a leitura mero consumo, ou seja, desprezar qualquer universo que seja alheio ao que conheço:

A redução da leitura a simples consumo é evidentemente responsável pelo "tédio" que muitos experimentam diante do texto moderno ("ilegível"), do filme ou do quadro de vanguarda: entediarse quer dizer que não se pode produzir o texto, jogar com ele, desfazê-lo, *dar-lhe partida* (BARTHES, 2004c, p.74).

A escritura só pode acontecer pela interação entre o domínio do mundo real e suas qualificações éticas e o domínio do mundo imaginário e suas qualificações estéticas. Tal situação exige, portanto, determinadas capacidades, tanto do texto quanto do leitor, cujas habilidades são variáveis. Disso resulta que se torna inconcebível catalogar a imagem do homem como expressão durável, una e absoluta. Assim como se torna, também, inconcebível, determinar que distintos leitores poderiam inscrever-se com idênticas leituras.

A dissimetria do leitor em relação ao texto naturalmente acrescenta uma correlação de subjetividade importante ao processo da leitura, que se faz pela alteridade, como à atividade exigida do leitor pelo texto, uma vez que defronte ao irreconhecível *eu* está o inquietante *outro*. Como remédio ao confronto que se estabelece na leitura, conforme afirma Bachelard, surge o poder da linguagem, cuja força restitui a fecundidade plena da escritura, que liberta os sentidos e intensifica a experiência:

Como encontrar uma medida comum dessa solicitação a viver e a falar? Isso só pode ocorrer multiplicando-se as experiências de figuras literárias, de imagens móveis, restituindo, conforme o conselho de Nietzsche, a todas as coisas o seu movimento próprio [...]. Para bem sentir o papel imaginante da linguagem, é preciso procurar pacientemente, a propósito de todas as palavras, os desejos de alteridade, os desejos de duplo sentido, os desejos de metáfora. De um modo mais geral, é preciso recensear todos os desejos de

abandonar o que se vê e o que se diz em favor do que se imagina (BACHELARD, 2001, p.3).

Experiência que se realiza, para além do desejo e do abandono, como propõe Calvino no trecho que transcrevo a seguir, pela oposição prazer-gozo. Em "A pena em primeira pessoa", Ítalo Calvino, ao se referir ao movimento artístico dos desenhos de Steinberg, faz uma analogia à relatividade e às complexas formas de universos que se descortinam com a leitura:

Essa consubstancialidade do universo desenhado e do eu é, contudo, relativa, porque em seu interior se abrem tantos universos paralelos incompatíveis entre si: numa dimensão movem-se figuras lineares e filiformes em outras figuras minuciosamente ornamentadas; um mundo sem espessura destaca-se de um mundo que é só volumes; um continente onde tudo é sugerido pelos contornos e outro onde tudo é sombreamento parecem não ter pontos de contato, e assim os universos se multiplicam pelo número dos instrumentos e das técnicas e dos estilos que podem ser usados para dar forma a figuras e a signos (CALVINO, 2006, p.350).

Segundo Barthes (2004a, p.293), "o prazer está aliado a uma consistência do eu, do sujeito, que se garante em valores de conforto, de desabrochamento, de à-vontade", e o gozo é o sistema de leitura cuja predileção consiste em perder-se, dispender-se, desvirtuar-se. Existiria leitura sem esses dois momentos? Em ambos os sistemas, e de maneira complementar, a escritura se instala, pois opera sobre o sujeito determinada transmutação de sentidos, embora por trajetos diversos. De encontro à tradição da moral cristã, da filosofia positivista e racionalista, Barthes destaca que tal oposição relaciona-se à necessidade de conhecimento de si mesmo:

a justificação dessa emergência, dessa volta da palavra "prazer", é que ela permite certa exploração do sujeito humano. Quando se tenta fazer certa separação entre "prazer" e "gozo", quando se coloca o problema do gozo, encontra-se então uma temática muito atual, que a psicanálise conhece bem e que interessa ao que se chama de vanguarda (BARTHES, 2004a, p.292 grifos do autor).

A leitura, nesse sentido, torna-se emergência, torna-se proposição existencial: “ler é fazer o nosso corpo trabalhar (sabe-se desde a psicanálise que o corpo excede em muito nossa memória e nossa consciência) ao apelo dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundeza achamalotada das frases.” (BARTHES, 2004c, p.29).

Enquanto proposição, então, a leitura é infinita, justamente o lugar onde “a estrutura se descontrola” (BARTHES, 2004, p.42). Embora se reconheça que, inicialmente, a leitura é regida por códigos, alienada por ideologias, por estruturas históricas e culturais, quando instaurada a escritura, realiza-se o deslocamento, cujo movimento faz do eu o outro ou vice-versa, em que o leitor “é sujeito que depressa se encontra na sua estrutura própria, individual: ou desejante, ou perversa, ou paranoica, ou imaginária ou neurótica (...)” (BARTHES, 2004, p. 42).

BARTHES AND THE SCRIPTURE: READING AS PROPOSAL EXISTENCIAL

Abstract: Roland Barthes, throughout his work, develops a conception of reading, whose activity involves the senses that are established by the clash between different cultural locus occupied by the reader and the text. It is explicit in this respect the fact that language - not being mere operative instrument of a logos, on the contrary, it is precisely the core activity of reading - is never neutral. Against theories and practices that address reading in the wake of positivist thought, Christian and rationalist philosopher, writer, sociologist, literary critic and semiotician takes to understand that reading is a process that goes beyond the sense of contamination and is constituted, permeating pleasure and enjoyment, as an existential proposition mode. Reading is understood as an act of registration, event that calls scripture. To think this concept, reference is in relation to the thought of Barthes, the ideas of Ricoeur, Gadamer, Derrida and Calvino.

Keywords: Reading. The scripture. Barthes.

Referências

BARTHES, Roland. *O grão da voz: entrevistas*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. Trad. Mario Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.

CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado: discurso sobre literatura e sociedade*. Trad. Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman, Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GADAMER, Hans-George. *O problema da consciência histórica*. Trad. Anselmo Freitas, Luísa M. Ferreira. Porto: Estratégias Criativas, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berliner. v. 1, 2, 3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2011.